

Professor poderá ter salário maior

CORREIO BRAZILIENSE

Rio — O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, previu uma injeção de “pelo menos” R\$ 2,3 bilhões no ensino público fundamental, depois de janeiro de 1998, quando todos os estados e municípios terão que aplicar 15% de sua arrecadação no setor. Paulo Renato informou que a mudança, prevista na emenda constitucional número 14, vai trazer aumentos de salários para os professores, porque 60% dos recursos irão para seus vencimentos.

O ministro participou ontem do Seminário Especial sobre Educação, Força de Trabalho e Competitividade, na Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Paulo Renato garantiu que, a partir de janeiro de 1998, “acaba” o caso de professores no Nordeste que ganham menos de um salário mínimo. Com as mudanças da emenda constitucional, o gasto médio com Educação será de R\$ 300 por aluno a cada ano e, nos cálculos do ministro, o mesmo valor vai corresponder ao salário médio dos professores na região.

Paulo Renato explicou que o aumento da verba para Educação vai ser possível com o fim do emprego de recursos em obras e serviços que não são relacionadas diretamente com a Educação, como a construção de ginásios e compra de merenda.

A nova determinação entra em vigor em janeiro de 1998, mas a mudança na aplicação de dinheiro para a Educação já vigora no Pará, desde o dia 1º de julho, e em

Goiás, há duas semanas, informou Paulo Renato.

EDUCAÇÃO SEXUAL

Paulo Renato Souza disse também que o Ministério da Educação fixou um padrão curricular para o ensino de primeira a quarta série do Primeiro Grau, não obrigatório, que será distribuído aos professores no dia 15 de outubro.

O ministério sugere a inclusão, nos programas, de aulas de educação para a saúde, meio-ambiente, ética, cidadania e educação sexual. A educação sexual nas escolas está prevista pelo Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, do Ministério da Saúde. A idéia é dar informações sobre sexualidade e prevenção da Aids para crianças e adolescentes que estudam em escolas da rede pública.

Para atingir os adolescentes de 13 a 19 anos, cem mil líderes de classe, junto com 50 mil professores, serão treinados para discutir, nas escolas, Aids e doenças sexualmente transmissíveis, além dos riscos do uso de drogas injetáveis.

O projeto mais ousado é destinado aos alunos entre 4 e 12 anos: com metodologias específicas para cada faixa etária, serão impressos e distribuídos 1,4 milhão de exemplares de uma cartilha com noções de sexualidade e prevenção da Aids. Os professores também vão receber 30 mil manuais ensinando como abordar temas tão delicados com as crianças.